

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Modelo de privatização da Eletrobras será mantido, diz ministro	2
Título: Zema promete projeto para vender todas estatais de MG	3
Título: Petrobras é contra nova lei para conteúdo local.....	4
Título: Para bancada do Rio, transição de 10 anos ameaça indústria do óleo	5
Título: Enel planeja aumentar em 80% seu parque gerador renovável no país	7
Título: Curtas	9
Título: Vitol sai vencedora com volatilidade dos preços do petróleo	9
Título: Criatividade para atender mercado livre	11
Título: Bancos criam linhas para energia renovável	14
Título: Diversificação de funding é prioridade das instituições	16
Título: Projetos híbridos continuam atrativos	17
Título: Reforma será enviada na semana que vem, diz Guedes	19
Título: Expectativa é de déficit para estatais, Estados e municípios.....	21
Título: Alta do ouro reacende demanda, inclusive dos bancos centrais	23
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	26
Título: Follow the money	26
Título: A revolução do carro a álcool	26
Título: ‘O Brasil não é coerente desde a Eco-92’	28
VEÍCULO: O Globo.....	30
Título: Ministro vê ‘confusão danada’ se Petrobras reajustar combustível	30
Título: Privatização da Eletrobras não pode ser abandonada pelo Congresso.....	31

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 24/09/2019****Seção: Brasil****Autor: Por Daniel Rittner — De Nova York****Título: Modelo de privatização da Eletrobras será mantido, diz ministro**

Bento Albuquerque afirma que capitalização está mantida, apesar de alertas do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, sobre os riscos para o processo

Apesar dos alertas feitos na semana passada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, o governo não mudou em nada o plano de enviar nas próximas semanas ao Congresso Nacional o projeto de lei que autoriza a privatização da Eletrobras.

“Mantém-se a ideia da capitalização”, disse ao **Valor** o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque. Ele prevê a aprovação da proposta pela Câmara dos Deputados até o fim deste ano. “Já iniciamos os trabalhos de convencimento pelas lideranças políticas da Câmara e eu pretendo fazer o mesmo no Senado.”

Outro auxiliar presidencial que acompanha diretamente o assunto minimizou as declarações de Alcolumbre e viu nelas apenas um aceno aos colegas. “Ele tem dado muito apoio ao nosso governo e às vezes precisa mostrar para os outros senadores que não está fechado com tudo. Mas não achamos que será um empecilho para aprovar a Eletrobras”, comentou a fonte.

Na quinta-feira passada, durante o evento “E agora, Brasil?”, organizado pelo **Valor** e pelo jornal “O Globo”, Alcolumbre disse que a maioria dos senadores hoje é contra a privatização da Eletrobras e sugeriu ao governo iniciar o processo de venda das estatais por outras companhias - citando até mesmo os Correios.

Para o ministro de Minas e Energia, a capitalização da Eletrobras poderá ocorrer no segundo semestre de 2020. O plano é lançar uma chamada de capital, que não seria acompanhada pelo governo, elevando a participação dos acionistas privados. Albuquerque prevê que, no final do processo, a União ficará com algo entre 30% e 40% do capital total.

“O importante é esclarecermos exatamente o propósito do governo e mostrar como isso é melhor para o país”, disse o ministro. “A Eletrobras é não só a maior

empresa de geração do país, mas dá maior estabilidade e competitividade ao sistema como um todo.”

Segundo ele, a estatal detém 47% de participação no segmento de transmissão e 31% no de geração. Para manter essas posições, precisaria investir R\$ 15 bilhões por ano, mas só consegue desembolsar efetivamente R\$ 3 bilhões anuais.

Albuquerque também falou sobre o leilão de excedentes da cessão onerosa, marcado para 6 de novembro, e disse que a data está mantida. Falta aval do plenário do Tribunal de Contas da União (TCU).

Apenas a área técnica soltou um relatório, cujas determinações já foram incorporadas pelo governo, afirmou o ministro.

Ele relatou ter obtido, em conversas recentes com executivos de grandes petroleiras estrangeiras, a garantia de participação no leilão. É o caso das chinesas CNOOC e CNPC, da americana Exxon, da anglo-holandesa Shell e da britânica BP. “Eu não acho, elas vão participar. Principalmente do leilão de excedentes da cessão onerosa, mas também da 6ª rodada [do pré-sal] e da 16ª rodada de blocos exploratórios [no pós-sal]”, comentou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/09/2019

Seção: Brasil

Autor: Marcos de Moura e Souza — De Belo Horizonte

Título: Zema promete projeto para vender todas estatais de MG

Segundo governador, proposta será levada à Assembleia nas próximas semanas

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), disse ontem que vai propor à Assembleia Legislativa a privatização de todas as estatais mineiras.

“O que nós estamos propondo e queremos que a Assembleia analise é a privatização de todas as empresas do Estado”, afirmou ele a jornalistas em Belo Horizonte.

“Do nosso ponto de vista, o Estado já tem uma tarefa gigantesca para fazer na saúde, na educação, na segurança, na infraestrutura. E, na situação financeira atual do Estado, esses recursos seriam muito mais bem aplicados em benefício da população do que se essas empresas continuarem tendo interferências indevidas como já aconteceu, no passado, de alguns grupos de pressão.”

As declarações foram feitas após ele discursar na abertura do 10º Fórum Liberdade e Democracia, que reúne defensores do liberalismo econômico.

Na palestra, em Belo Horizonte, ele se referiu exclusivamente à Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) como alvo do futuro plano de desestatização.

Afirmou que nem a empresa nem o Estado têm recursos para investir R\$ 21 bilhões, que seria o montante necessário para que empresa se reequilibrasse e passasse a fornecer energia a empresas e residências em prazos curtos. Segundo ele, hoje a empresa chega a levar mais de ano para atender a pedidos de novas ligações.

“Será que [a Cemig] está ajudando ou sendo um obstáculo ao desenvolvimento do Estado?”, questionou ele diante da plateia que lotava o auditório do Palácio das Artes, em Belo Horizonte. “Será que não deveríamos ser mais realistas para que investidores possam colocar não só esses R\$ 21 bilhões, mas muito mais”, afirmou governador, sendo interrompido por aplausos.

Zema afirmou que as propostas de ajuste, que incluirão privatizações, serão enviadas nas próximas semanas aos deputados estaduais. Além da Cemig, Minas tem empresas estatais de saneamento (Copasa), gás (Gasmig), desenvolvimento econômico (Codemig), entre outras.

Eleito no ano passado como único governador do partido Novo, Zema não conseguiu ainda formar maioria na Assembleia.

Durante a campanha, ele defendeu a privatização da Cemig, mas depois mudou um pouco o tom dizendo que a proposta seria discutida não no início do mandato, Nos últimos meses, porém, voltou a defender a venda mais rápida da companhia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/09/2019

Seção: Brasil

Autor: Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto — De Brasília

Título: Petrobras é contra nova lei para conteúdo local

Presidente da estatal considera a medida prejudicial ao mercado

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, demonstrou ontem ser contrário à eventual aprovação do projeto de lei que fixa os percentuais de

conteúdo local mínimo em licitações de blocos para a exploração e produção de petróleo e gás natural. Para ele, se a ideia vingar, isso poderia ser prejudicial ao mercado e engessaria os processos.

A avaliação foi feita em reunião privada entre o executivo, técnicos da estatal, a prefeita de São José do Norte (RS), Fabiany Zogbi Roig (PSB), e parlamentares como o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, Felipe Francischini (PSL-PR), e o deputado Gurgel (PSL-RJ).

“Ele entende a importância da questão do conteúdo local, mas avalia que isso só não precisa estar na lei, porque isso gera insegurança jurídica, principalmente para o investidor estrangeiro. Senti que é contra o projeto assim como todo o setor”, disse um dos participantes da reunião.

Durante a reunião, Castello Branco teria sugerido que Francischini converse com o relator do projeto na CCJ, deputado Júnior Bozella (PSL-SP), para que ele apresente um relatório pela inconstitucionalidade da proposta. A recomendação é que o relator faça “um bom relatório, que seja pró-mercado, pró-livre iniciativa e pró-liberdade econômica”, que ajude a alavancar os investimentos e desenvolvimento do país.

A proposta de emenda constitucional (PEC) que trata da cessão onerosa e que permite a divisão dos recursos arrecadados pela União nos leilões do pré-sal com Estados e municípios também foi um dos temas da reunião. Castello Branco, segundo fontes, tem demonstrado preocupação com o prazo “apertado” para análise do texto.

Apreensivo com a desarticulação do governo para conseguir a aprovação da PEC, Castello Branco teria colocado técnicos da estatal à disposição para viajarem a Brasília ainda nesta semana para conversar com deputados sobre o tema.

Os técnicos da Petrobras também devem se reunir com o secretário especial adjunto de Fazenda do Ministério da Economia, Esteves Colnago, para falar sobre a tramitação da PEC e sobre a eventual necessidade de projeto de lei para sobrestar o prazo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/09/2019

Seção: Especial

Autor: Gabriel Vasconcelos — Do Rio

Título: Para bancada do Rio, transição de 10 anos ameaça indústria do óleo

Prazo pode não ser suficiente, prejudicando contratos da cadeia de produção de petróleo, afirma deputado

O período de transição de dez anos previsto na PEC da reforma tributária 45/2019, que tramita na Câmara, ameaça programas da cadeia de óleo e gás como o Repetro, dizem representantes do setor e deputados federais da bancada do Rio. Eles participaram ontem de debate sobre o tema com empresários na sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

O Repetro é o regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados à pesquisa e lavra de jazidas de petróleo e gás natural. O programa foi prorrogado até 2040 no governo Michel Temer, o que vai contra o discurso do governo Jair Bolsonaro pela extinção de vantagens fiscais.

O deputado Christino Áureo (PP-RJ) disse que o tempo de dez anos pode não ser suficiente, prejudicando contratos da cadeia de produção de petróleo com horizonte de investimentos mais longo e baseados em regimes especiais de tributação. “Precisamos de uma transição compatível com o que já está contratado. A transição de dez anos não garante que regimes previstos em lei serão cumpridos. A quebra desses contratos pode levar a uma judicialização muito intensa do IBS [Imposto sobre Bens e Consumo] e ninguém quer isso.”

Por isso, o deputado propôs, em emenda à PEC 45, a instituição de uma unidade de referência tributária (URT), capaz de converter todos os regimes especiais em uma alíquota única, mas sob condições diferenciadas, a serem definidas por essa variável de referência. “Não se trata de defender incentivos, mas que a transição se dê uma maneira mais segura”, disse. Nesse caso, a partir de então, novos contratos não gozariam mais de regimes diferenciados.

Áureo e o colega de bancada Alexis Fonteyne (Novo), que integram a comissão de reforma tributária na Câmara, afirmaram que, além do período de transição, as demandas do setor de óleo e gás relativas a essa reforma incluem a exclusão da atividade da lista de impostos seletivos paralelos ao novo imposto único (IBS); alíquotas uniformes por produto em todo o país e a arrecadação concentrada em uma única etapa da cadeia. Até agora, dizem, o primeiro ponto caminha bem na comissão.

O formato de arrecadação do IBS no setor é alvo de discussão. Representantes de empresas, como a Plural (Associação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis), defenderam a manutenção da chamada monofasia, o recolhimento dos tributos no primeiro elo das cadeias (produtor ou importador). Hoje, de acordo com o gerente tributário da Plural, Mozart Rodrigues, 19 refinarias são responsáveis por 90% do recolhimento de impostos

do setor. Ele disse que, “com o IVA plurifásico e não cumulativo”, como na PEC 45, a parcela arrecadada junto ao produtor cairia para 78%, deixando 22% para serem cobrados dos distribuidores de combustível e revendedores. Essa expansão das frentes pagadoras de impostos facilitaria a sonegação, que poderia ultrapassar a faixa dos R\$ 5 bilhões anuais estimados nos últimos exercícios, segundo Mozart.

Fonteyne defendeu a instauração de alíquotas uniformes por derivado em todo o país, como forma de encerrar a guerra fiscal dos Estados. Ele disse que a carga tributária prevista na PEC 45, de 25%, contempla União, Estados e municípios e preserva a autonomia tarifária das unidades, sendo que as alterações nas alíquotas estaduais terão de valer para todos os produtos, o que impediria benefícios políticos a um setor específico.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/09/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Enel planeja aumentar em 80% seu parque gerador renovável no país

Após protagonizar os dois maiores negócios no setor de distribuição de energia brasileiro nos últimos três anos (as compras da goiana Celg, em 2016, e da paulista Eletropaulo, no ano passado) a elétrica italiana Enel deve ampliar em 80% seu parque gerador de energia renovável no país nos próximos anos. A empresa, que já possui 2,4 gigawatts (GW) de usinas do tipo em operação no Brasil, está investindo na construção de parques eólicos e solares em um total de 1,9 GW.

Os projetos fazem parte do ousado plano estratégico do grupo para o Brasil, no qual estão previstos investimentos de R\$ 17 bilhões nos próximos três anos. Desse total, R\$ 10 bilhões serão destinados às atividades de distribuição da companhia, com destaque para a Eletropaulo, hoje “Enel Distribuição São Paulo”, em que a elétrica adquiriu o controle em meados de 2018, após uma acirrada disputa com o grupo espanhol Iberdrola.

A aquisição da maior distribuidora de energia do país também colocou a Enel na posição de maior grupo do segmento no Brasil, com um total de 17 milhões de clientes e ativos nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e Ceará.

O negócio também fez surgir no mercado rumores de que o grupo italiano poderia mudar sua sede no país, de Niterói, na região metropolitana do Rio, para a capital paulista.

A companhia, no entanto, pôs fim às especulações nesse sentido e bateu o martelo sobre seu novo endereço no país. O comando da elétrica vai atravessar a Baía de Guanabara e passará a funcionar na zona portuária do Rio de Janeiro.

A empresa assinou ontem contrato de aluguel com a Tishman Speyer para se instalar no edifício “AQWA Corporate”. O valor do contrato, porém, não foi informado. Cerca de 1,3 mil funcionários próprios e terceirizados da elétrica ocuparão quatro dos 21 andares do edifício. A expectativa é que a companhia passe a operar no local a partir de março de 2021.

“Nos últimos anos a companhia cresceu muito com a aquisição da distribuidora de Goiás e da distribuidora de São Paulo. Tentamos ver onde iríamos encontrar um prédio com características para desenvolver esse projeto e ao final vamos mudar para o AQWA”, afirmou o presidente da Enel no Brasil, Nicola Cotugno.

No novo endereço funcionarão a Enel Brasil, a Enel Green Power (EGP), braço de geração de energias renováveis do grupo, e a Enel X, empresa de soluções em energia da Enel. O escritório da Enel Distribuição Rio (antiga Ampla Energia), no entanto, permanecerá do outro lado da baía. A distribuidora atende clientes em Niterói, São Gonçalo e municípios da Baixada Fluminense e do interior do Estado do Rio.

Admitindo que o grupo chegou a estudar a alternativa de se mudar para São Paulo, Cotugno disse que o posicionamento no Rio é estratégico, lembrando que a cidade abriga os principais escritórios das estatais Eletrobras e Petrobras e do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

“Analisamos também essa possibilidade [de mudar para São Paulo]. A verdade é que a indústria elétrica do Brasil está mais posicionada no Rio do que em São Paulo. Isso não significa que não temos um centro de interesse muito grande em São Paulo. Vamos aproveitar um prédio bom que temos em Barueri”, explicou o executivo.

Na nova sede, a meta da Enel é obter a certificação “WELL”, que fornece diretrizes para a criação de condições de bem-estar nos escritórios com foco nas pessoas. O padrão é o primeiro protocolo do gênero que identifica as

características do design de interiores para melhorar a salubridade dos espaços de trabalho e o bem-estar das pessoas.

Além da Enel, se mudaram recentemente para a zona portuária do Rio empresas como a Bradesco Seguros e a L’Oreal.

Questionado sobre a possibilidade de a mudança ter considerado também uma potencial aquisição da Light, distribuidora que atende a capital fluminense no futuro, Cotugno, disse que não há um plano nesse sentido.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/09/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Alupar no ES

A Alupar informou que a subsidiária Empresa Transmissora Capixaba (ETC) obteve autorização para início de operação comercial de linha de transmissão no Espírito Santo. A ETC é responsável pela construção de uma linha de transmissão entre os municípios de Rio Novo do Sul e Itapemirim. O investimento do projeto a ser unitizado será de cerca de R\$ 156,1 milhões, sendo R\$ 143,1 milhões referente a custos de implantação do projeto e o saldo de R\$ 13 milhões as despesas financeiras capitalizadas.

Minério recupera valor

Após encerrar a semana passada com baixa acumulada de quase US\$ 7 por tonelada, o preço do minério de ferro voltou a subir no mercado transoceânico. Segundo a publicação especializada “Fastmarkets MB”, o minério com teor de 62% negociado no porto de Qingdao ganhou US\$ 1,56, ou 1,69%, cotado a US\$ 94,12 por tonelada. Com a recuperação de ontem, a matéria-prima do aço passou a acumular ganhos de 11,2% em setembro. Em 2019, a valorização acumulada é de 29,4%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/09/2019

Seção: Empresas

Autor: Neil Hume e Gregory Meyer — Financial Times, de Londres e Houston

Título: Vitol sai vencedora com volatilidade dos preços do petróleo

Lucro líquido da companhia aumentou 80%, para cerca de US \$ 1 bilhão, de janeiro a junho

A Vitol, maior trader independente de petróleo do mundo, emergiu como uma das grandes vencedoras dos mercados voláteis de energia, depois de alcançar ganhos de cerca de US\$ 1 bilhão no primeiro semestre.

A empresa, que pertence a cerca de 350 sócios, viu seu lucro líquido aumentar em 80%, para cerca de US \$ 1 bilhão de janeiro a junho, acima dos US\$ 550 milhões apurados no mesmo período de 2018, segundo fontes familiarizadas com o assunto.

O desempenho demonstra a capacidade da Vitol, liderada pelo executivo-chefe Russell Hardy, de usar informações de sua vasta operação comercial para reagir às mudanças das condições do mercado e capturar discrepâncias nos preços do petróleo e gás no mundo.

Ela processa mais de 7 milhões de barris por dia de produtos brutos e refinados, como gasolina e diesel - o equivalente à demanda diária de petróleo combinada de França, Alemanha e Espanha.

O histórico de forte lucratividade permitiu à companhia pagar consistentemente dividendos elevados a seus principais traders e executivos. A empresa devolveu US\$ 1 bilhão à equipe sênior por meio da recompra de ações no ano passado. A Vitol se recusou a comentar os números. O bom desempenho é proveniente do portfólio diversificado, e não concentrado em um segmento específico da empresa, de acordo com uma fonte que conhece os resultados.

Como o preço do petróleo subiu cerca de US\$ 10 o barril durante a primeira metade do ano, o valor do óleo armazenado pela Vitol saltou, disseram as fontes. Ao mesmo tempo, taxas de juro persistentemente baixas tornaram barato carregar esses estoques, que geralmente são financiados com dívida.

A volatilidade abriu oportunidades comerciais e o crescente negócio de gás natural liquefeito (GNL) teve bom desempenho. A Vitol entregou mais de 7,8 milhões de toneladas de GNL em 2018 e espera elevar esse volume para ao menos 10 milhões neste ano.

A Vitol, cujos sócios estão espalhados em Londres, Genebra e Houston, não foi a única trading que prosperou nos primeiros seis meses do ano. A Gunvor Group, com sede em Genebra, teve “bom” semestre, segundo uma fonte com conhecimento direto do resultado, beneficiada pelas condições favoráveis no mercado europeu de gás. Enquanto isso, a Glencore sinalizou um “resultado particularmente forte” das transações comerciais com petróleo no ano até junho, na esteira dos “mercados físicos da commodity”.

No entanto, traders qualificados dizem que as condições de mercado foram mais difíceis entre julho e agosto, quando o Brent caiu para a mínima em um ano, de US\$ 56 por barril, à medida que as tensões comerciais entre China e Estados Unidos ampliaram os receios relacionados a demanda.

Os preços mostraram-se particularmente voláteis na semana passada, após ataques às principais instalações de petróleo da Arábia Saudita reduzirem a produção em mais da metade no país.

Hardy substituiu Ian Taylor, empresário britânico que transformou a Vitol de pequena comercializadora holandesa de combustíveis em um grupo avaliado em até US\$ 20 bilhões, como chefe-executivo em 2018. Em entrevista ao “Financial Times” na semana passada, Hardy descreveu os ataques na Arábia Saudita como “choque”.

“A natureza do incidente é muito, muito preocupante, assim como de onde partiu, como ocorreu e do fato de ter sido tão relevante”, disse ele. **(Com reportagem adicional de David Sheppard, em Londres)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/09/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito — De São Paulo e do Rio

Título: Criatividade para atender mercado livre

O crescimento da geração de energia voltada para o mercado livre - no qual o consumidor escolhe de quem comprar, tal qual fazem clientes de telefonia hoje - está forçando as empresas a buscar soluções criativas para o financiamento dos empreendimentos. Grandes grupos como Engie, Neoenergia, Enel e CPFL, cada um com uma estratégia diferente, tentam viabilizar os recursos necessário para os projetos, na ausência das “facilidades” dos contratos de longo prazo com distribuidoras.

Hoje, consumidores de menor demanda, como residenciais, só podem comprar energia das distribuidoras locais. O governo planeja reduzir gradualmente os limites para que todos possam escolher de quem comprar energia, como já é possível para empresas, indústrias e comércios de maior consumo de energia. Enquanto o mercado livre de energia cresce, a demanda das distribuidoras patina, acompanhando o ritmo lento de recuperação da economia, o que tem aumentado a procura de investidores por projetos de geração fora dos leilões regulados.

Historicamente, a expansão da matriz de geração de energia do país tem se dado por meio da contratação das distribuidoras por meio dos leilões regulados. O risco é pulverizado, pois são feitos contratos de longo prazo com várias contrapartes (as distribuidoras). Os chamados PPAs (jargão em inglês para contratos de compra de energia) são dados em garantia na obtenção de financiamentos, operações de baixo risco e sem grandes obstáculos. O principal credor do setor ainda é o BNDES, mas operações como emissões de debêntures de infraestrutura têm ganhado cada vez mais espaço.

O aumento do protagonismo do mercado livre, contudo, tem forçado o desenvolvimento de novos instrumentos de financiamento. “Há dois anos, pouca gente falava em mercado livre como rota viável de crescimento no setor elétrico, e hoje é uma realidade. Temos tido muita procura de agentes interessados em analisar estruturas”, disse Daniel O'Czerny, responsável por financiamento de projetos de infraestrutura do Citi.

Sem os contratos de longo prazo dos leilões, investidores buscam alternativas. Grandes grupos como a CPFL, fazem contratos de longo prazo com a própria comercializadora do grupo, que é quem coloca essa energia no mercado. Assim, têm garantia para obtenção de financiamento. A franco-belga Engie, por sua vez, dá o próprio balanço como garantia do financiamento, o que é chamado no mercado de “corporate finance”. A prática se difere do “project finance”, na qual o fluxo de caixa que será gerado pelo próprio projeto garante a tomada de crédito.

Outras buscam contratos de longo prazo com contrapartes com maior qualidade de crédito, como é o caso da Echoenergia e a Casa dos Ventos, empresas de geração puramente renovável. Ambas já fizeram projetos para o mercado livre, por meio de contratos com grandes consumidores de energia, como a Vale ou a Braskem. “Isso envolve riscos adicionais para os financiadores, que fazem uma análise de risco das contrapartes”, disse Marcelo Girão, chefe da área de financiamento de projetos do Itaú BBA.

Enquanto alguns investidores conseguem fechar contratos longos com grandes consumidores que têm demanda suficiente para viabilizar a construção de um parque eólico, por exemplo, outros reúnem uma carteira de vários consumidores com boa qualidade de crédito. “Aqueles que se especializaram no desenvolvimento de projetos e tem expertise comprovada, mas que não são empresas integradas, como Valtia e Casa dos Ventos, têm boa reputação e podem usar a estratégia de buscar PPAs com contrapartes de melhor

qualidade”, disse Sandro Marcondes, diretor da área de mercado de dívida do Santander.

Nesses casos, há alguns obstáculos. O primeiro é que o universo de consumidores com demanda por energia e bom crédito é limitado. Se o rating de crédito da contraparte é inferior à faixa “A”, o custo do financiamento vai subir, para compensar o risco, o que encarece o projeto. “Com a gradual abertura do mercado livre, vai ser mais comuns contrapartes fora do rating ‘AAA’ e portfólios pulverizados com vários clientes”, disse Girão.

A modulação dos contratos é outro desafio. A expansão do mercado livre tem sido feita, principalmente, por meio de projetos de energia renovável, que oferecem às empresas a possibilidade de ter um “selo” de sustentabilidade. As fontes eólica e solar, contudo, têm como característica a variabilidade na geração, o que dificulta que sejam aderentes à curva da demanda.

Empresas integradas, com um portfólio grande de geração de energia de várias fontes, conseguem mitigar o problema, montando uma curva estável de geração pela composição de vários empreendimentos. Geradores renováveis e independentes, como a Voltalia, podem assumir o risco e prometer a entrega estável de energia, negociando contratos de fornecimento com comercializadoras, ou podem vender pela curva da geração com um desconto no preço.

“Se eu fosse o cliente, eu não pediria para uma eólica ou solar gerar energia em 100% do tempo. Eu compraria pela curva da geração e faria minha própria carteira, levando o benefício do preço”, disse Robert Klein, presidente da Voltalia no Brasil. A empresa desenvolve projetos de geração eólica e solar para os mercados livre e regulado.

O prazo mais curto dos contratos no mercado livre também pode complicar o financiamento. “Para o financiador fica complicado, pois não é possível enxergar o fluxo de recebíveis. Eles não gostam da insegurança se haverá ou não a compra da energia por um prazo maior”, disse Miriam Signor, advogada especialista em Infraestrutura e Energia do Stocche Forbes Advogados.

Nesse caso, uma alternativa para o investidor é alavancar um percentual menor do projeto e postegar para o fim do contrato o pagamento de dividendos aos acionistas, explicou Marcondes, do Santander. “Mas também estão sendo desenvolvidos fundos de infraestrutura mais especializados, que aceitam contratos de menor prazo no início, que possam ser renovados depois”, disse.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 24/09/2019****Seção: Suplemento - Bancos de desenvolvimento****Autor: Mônica Magnavita e Livia Ferrari — Para o Valor, do Rio****Título: Bancos criam linhas para energia renovável**

A matriz energética brasileira é considerada referência mundial pela elevada participação, de 45,3%, de fontes renováveis em sua composição. Ainda assim, há um bom espaço para aumento da fatia da chamada energia verde no consumo do país. Com essa visão, bancos de desenvolvimento e organismos multilaterais vêm criando programas de financiamento para a transição energética rumo a uma matriz limpa, em linha com a Agenda 2030 das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável. É o que mostram as carteiras dessas instituições, que aumentaram seus financiamentos a projetos de usinas eólica e solar.

Pioneiro no financiamento de projetos de energias renováveis no Brasil, com de cerca de R\$ 36 bilhões aprovados nos últimos cinco anos, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) entrou firme no financiamento à geração solar. A carteira reúne cinco operações aprovadas, com investimentos de R\$ 2,8 bilhões e capacidade de quase 500 megawatts.

O banco também está empenhado na expansão de eficiência energética e geração distribuída (GD), que tem 1 gigawatt de potência instalada, com fonte basicamente solar, e acaba de lançar nova linha: BNDES Direto 10, para operações entre R\$ 1 milhão e R\$ 10 milhões, com prazo de amortização de até onze anos. “O Brasil precisa avançar em eficiência energética e geração distribuída” diz superintendente da área de energia do BNDES, Carla Primavera.

Atuante no país, o banco de desenvolvimento alemão KfW destinou US\$ 500 milhões nos últimos dez anos para financiamento usinas de energia eólica. Só em 2018, conforme Martin Schröder, diretor do KfW no Brasil, foram € 120 milhões emprestados ao BNDES, seu principal parceiro no Brasil, para o ProClima, programa destinado à mitigação das mudanças climáticas por meio de financiamento a projetos de eficiência energética e energias renováveis, como parques solares em Minas Gerais, iluminação pública e cogeração na indústria.

No Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), os contratos para projetos de energia renovável dentro do programa Produção e Consumo Sustentáveis (PSC) cresceram 14,5% entre dezembro de 2016 e agosto deste ano, atingindo R\$ 1,3 bilhão, de um total de R\$ 1,6 bilhão contratado nos últimos quatro anos também para setores de agricultura de baixo carbono, gestão de resíduos e uso sustentável da água. Os projetos em energia eólica e solar são destaques do PSC, segundo Luciano Feltrim, superintendente de planejamento e sustentabilidade do BRDE, e são demandados por empresas de porte e setores variados como supermercados, confeitarias, fábricas de móveis e escolas.

A La Salle foi uma delas. A instituição contratou R\$ 6,4 milhões com o BRDE para instalação de dois parques de geração de fonte fotovoltaica em Nova Santa Rita e em Viamão (RS). As usinas, que terão capacidade de 2 MW, fornecerão energia para 12 unidades da La Salle. Além da economia, de cerca de 60%, as usinas serão utilizadas no processo educativo, com duas estações meteorológicas, utilizadas para pesquisa acadêmica, segundo Graciela Oliveira, coordenadora de comunicação e marketing da empresa.

A agenda renovável também inclui o biogás. A Ecometano, associada da ABiogás, é pioneira no Brasil na produção de gás natural a partir de resíduos sólidos. Ela tem unidades em São Pedro da Aldeia (RJ) e em Caucaia (CE), cujo aterro sanitário recebe em média 4 mil toneladas de resíduos sólidos por dia. Com investimentos de R\$ 100 milhões, a planta cearense contou com financiamentos do Banco do Nordeste (BNB) e a empresa está em nova negociação com o banco para a expansão da usina.

Segundo Melina Ushida, gerente de novos negócios da Ecometano, a capacidade de geração de biometano de Caucaia é de 90 mil m³ por dia e 100% da produção é injetada na rede de distribuição de gás natural da Cegás, a concessionária local. “O biometano já representa 20% de todo o gás natural comercializado no Ceará”, lembra.

Projetos de energias renováveis são foco também do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). “Temos uma carteira com mais de R\$ 45 milhões em projetos fotovoltaicos, 77% deles no norte do Estado”, diz o economista-chefe do banco, Adauto Modesto Junior, destacando o potencial da região, com grande incidência solar.

Em processo para a instalação de escritório regional das Américas, com sede em São Paulo, o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) vem construindo uma carteira sólida de projetos no Brasil. Conhecido como o banco do Brics, a instituição aprovou US\$ 621 milhões em projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável no país. Os projetos no Brasil representam 6,2%

da carteira total do banco. “A meta é elevar o percentual para até 20% a médio prazo”, destaca Cláudia Prates, diretora geral do escritório regional Américas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/09/2019

Seção: Suplemento - Bancos de desenvolvimento

Autor: Livia Ferrari e Mônica Magnavita — Para o Valor, de Belo Horizonte

Título: Diversificação de funding é prioridade das instituições

Diante da conjuntura de escassez de recursos públicos, os bancos de desenvolvimento (BD) da América Latina, inclusive Brasil, enfrentam desafios para diversificação de funding. “Em cenário de restrição fiscal, é preciso ser mais eficiente e otimizar recursos”, afirmou Juan Ketterer, chefe da divisão de conectividade, mercados e finanças do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Uma das maneiras, segundo ele, é trazer o setor privado, os investidores institucionais para junto dos BDs, para alavancar investimentos em projetos de infraestrutura, aproveitando o momento de forte liquidez do sistema financeiro mundial. A carteira ativa do BID no Brasil é de US\$ 12,1 bilhões.

“A pergunta é: por que eles não investem aqui? Porque percebem riscos muito grandes”, diz o especialista do BID, que participou na semana passada de painel sobre o tema, durante o 1º Encontro de economistas-chefe dos bancos de desenvolvimento da região, realizado em Belo Horizonte. Para minimizar o problema, Ketterer adiantou que o BID vai desenvolver no Brasil programa de garantias para o setor privado, capaz de minimizar riscos de projetos, a exemplo do que já existe em alguns outros países da região.

Otaviano Canuto ex-vice-presidente do Banco Mundial e do BID, enfatizou a necessidade de os BDs passarem a realizar operações que cubram riscos onde o setor privado se sente menos confortável em gerenciar, tornando possível, dessa forma, o casamento entre a liquidez do setor privado e a necessidade de financiamento público.

Ele propõe que instituições de desenvolvimento ofereçam produtos específicos de mitigação de riscos. “Ao invés da instituição pública financiar o projeto, poderia oferecer um seguro contra determinado risco, o que, talvez, fosse suficiente para tornar o ambiente mais confortável para investidores institucionais”, diz.

Na visão de João Carlos Ferraz, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a necessidade de ampliação da capacidade de funding dos BDs, frente às metas globais de sustentabilidade, passa pelo fortalecimento da estrutura de capital.

Para ele, instituições multilaterais de desenvolvimento deveriam, por meio de fundos de equity, fazer aportes no capital regulatório de BDs. “Com capital mais robusto, ampliam-se as chances de captação de recursos no mercado em condições mais favoráveis”, explica o professor.

Cláudia Prates, diretora geral do escritório regional Américas do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), observa que o banco do Brics (grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), como é conhecida a nova entidade, tem um rating melhor que o dos países membros e, com isso, consegue alavancar capital com custo mais barato.

“O foco do NBD está na infraestrutura sustentável, em parcerias com bancos de desenvolvimento regionais e multilaterais, fundamentais para o alcance das metas 2030”, disse ela. O NBD captou green bonds no mercado chinês e os recursos foram aplicados em projetos nos países membros, entre eles Brasil.

Um deles, com a Petrobras, no valor de US\$ 200 milhões, para a melhoria ambiental nas refinarias Duque de Caxias (RJ) e Gabriel Passos (MG). Com o BNDES, o contrato de US\$ 300 milhões, totalmente desembolsado, destina-se a energias renováveis, com geração de 850 MW, 475 mil painéis solares e 277 turbinas eólicas.

Há ainda projeto com o governo do Pará, com investimentos totais de US\$ 125 milhões, sendo US\$ 50 milhões financiados pelo NBD, para saneamento, mobilidade, fibra ótica e telecomunicações, em diferentes municípios. Também no Maranhão, o banco aprovou US\$ 71 milhões para investimentos em rodovias.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/09/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito — De São Paulo e do Rio

Título: Projetos híbridos continuam atrativos

Os projetos “híbridos” entre mercados regulado e livre seguem uma alternativa buscada por investidores para desenvolver empreendimentos de geração de

energia no país. O principal motivo para isso é que projetos contratados em leilões regulados, na qual as distribuidoras compram a energia, ainda têm prioridade na conexão à rede. Segundo Élbis Gannoum, presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abreeólica), como os preços nos leilões regulados têm sido muito baixos, na prática, os investidores estão disputando apenas a conexão à rede.

Para a presidente da entidade, ao priorizarem os empreendimentos vendidos em leilões, as regras demonstram falta de isonomia entre os ambientes de contratação de energia. “Essa distinção de tratamento pode levar um projeto de estágio avançado no mercado livre perder sua conexão para um projeto que ganhar um leilão futuro do regulado”, disse Élbis.

É por isso que, mesmo com condições mais atrativas no mercado livre em termos de preços, os investidores ainda vendem parte da energia nos leilões, o que, devido à grande competição, acaba derrubando os preços.

Essa foi a estratégia buscada pela Neoenergia para a construção do complexo eólico Oitis, com 566,5 megawatts (MW) entre Piauí e Bahia. A companhia vendeu 30% do projeto ao preço de R\$ 80 por megawatt-hora (MWh) no leilão A-4 de junho deste ano, mas pretende comercializar o restante da energia no mercado livre, a preços mais atrativos que coloquem o projeto de pé.

“No leilão A-4 e nos leilões anteriores vimos uma virada de perspectiva de como o setor foi se expandindo. Porque a demanda no mercado regulado tem se estabilizado. Quem de alguma maneira pontualmente está viabilizando a expansão do setor é o mercado livre. É o que está gerando demanda”, disse Mario Ruiz-Tagle, diretor-presidente da elétrica.

A italiana Enel também tem investido em projetos híbridos. Hoje, a companhia tem 1,9 GW em construção das fontes eólica e solar. O complexo eólico Cumaru, no Rio Grande do Norte, será o primeiro totalmente voltado para o mercado livre, com 206 MW. Os outros tiveram parte da energia negociada em leilões regulados, a fim de garantir a conexão.

Outra grande companhia que tem viabilizado muitos projetos no mercado livre é a franco-belga Engie. A companhia está negociando com clientes a comercialização de um complexo eólico que será construído no Rio Grande do Norte (RN), que terá 800 MW. “Estamos olhando a possibilidade de começar a vender [energia de] Santo Agostinho [nome do complexo eólico no Rio Grande do Norte]. É um novo complexo que estamos querendo desenvolver”, afirmou o diretor-presidente da Engie Brasil Energia, Eduardo Sattamini.

Na ponta compradora, os contratos de longo prazo no mercado livre têm ficado mais populares. Inicialmente, apenas empresas eletrointensivas, como a Vale por exemplo, eram vistas como potenciais consumidoras. A agenda de sustentabilidade, com foco na redução de emissões de gases poluentes, reforça esse cenário.

O grupo Heineken, por exemplo, pretende firmar contratos de longo prazo com geradoras para construção de usinas exclusivas para a companhia. Hoje, do total do consumo de energia do grupo no Brasil, 99,5% é oriundo de contratos do mercado livre, mas não com exclusividade com algum empreendimento.

Grandes companhias também estão fazendo concorrências para adquirir energia no mercado livre em contratos de longo prazo. Em 13 de setembro, a estatal mineira Cemig comprou 197 MW de energia incentivada com duração de 19 anos, por meio do seu braço de geração e transmissão. Na sexta-feira passada, foi a vez da estatal paranaense Copel, que comprou 444,3 MW de potência de energia solar e eólica, pelo prazo de 15 anos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/09/2019

Seção: Brasil

Autor: Marcos de Moura e Souza, Fabio Graner e Carolina Freitas — De Belo Horizonte, de Brasília e de São Paulo

Título: Reforma será enviada na semana que vem, diz Guedes

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou na noite de ontem que na próxima semana o governo começa a apresentar sua proposta de reforma tributária ao Congresso. Segundo ele, a prioridade deveria ser outra, uma revisão do pacto federativo. Mas que como os parlamentares mostraram mais disposição a avançar antes a reforma tributária, o Executivo teve de recalibrar sua rota.

Guedes afirmou que é uma questão timing político.

“Se eu quiser fazer a reforma do pacto federativo e a Câmara e o Senado disserem que não, que vamos fazer a tributária, eu tenho que recuar e vamos fazer a tributária”, disse ele durante uma palestra em Belo Horizonte.

“Nós estamos rearrumando a turma para ver quem vai dançar e vamos para a dança já, já. Semana que vem eu acho que a gente já começa a entrar com a nossa proposta tributária também.”

O ministro insistiu que, na sua visão, o melhor agora seria fazer avançar uma revisão no pacto federativo, que “descarimbasse” recursos públicos e permitisse

que governadores e prefeitos passassem a ter mais liberdade para administrar suas receitas.

Após a confusão gerada pela saída do ex-secretário especial da Receita Marcos Cintra, que culminou com o fim da ideia de ressuscitar a CPMF em uma versão turbinada para desonerar a folha de pagamentos, a equipe econômica pretende trabalhar com um processo mais cauteloso. Assim, a ideia atual é primeiramente enviar unificação dos dois tributos. Depois, outro projeto deve incluir IPI e IOF dentro desse IVA federal.

O formato deve permitir que os tributos estaduais e municipais sobre valor adicionado possam ser acoplado no IVA federal. A ideia de fazer o mecanismo de adesão opcional pelos entes federativos continua na mesa, embora tenham surgido dúvidas técnicas e legais sobre a viabilidade desse formato.

De qualquer forma, a ideia é que o novo PIS/Cofins, se for para frente, tenha um desenho que também possa ser facilmente incorporado ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), o IVA Nacional que está em discussão nas diferentes propostas legislativas em tramitação no Congresso.

Outra etapa do processo de reforma tributária é sobre a legislação do Imposto de Renda, tanto de pessoa física como jurídica. No caso das empresas, a ideia é reduzir a alíquota de IRPJ/CSLL, atualmente em 34%, para algo próximo de 20%. A questão é como compensar isso, tarefa que ficou ainda mais difícil após ser enterrada a ideia da CPMF, na qual havia intenção de usar nesse processo de compensação.

No lado das pessoas físicas, o esforço é para reduzir benefícios aos mais ricos, principalmente as deduções de saúde e educação. Mas as dificuldades políticas já começam a ser notadas na área econômica.

O relator da reforma tributária na Câmara dos Deputados, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), manifestou preocupação com a demora do governo federal em apresentar uma proposta sobre o tema.

“Devemos perseguir a aprovação da reforma na Câmara ainda neste ano. Lógico, me preocupa o governo ainda não ter mandado [a proposta] apesar de ter dito ‘estamos finalizando’”, afirmou, em palestra ontem na Fundação Getúlio Vargas em São Paulo.

Na palestra, Paulo Guedes pediu várias vezes paciência até que os efeitos das medidas econômicas que vêm sendo tomadas comecem a produzir frutos. Ele citou privatizações, o leilão da cessão onerosa de campos de petróleo e a queda de juros. E prometeu: “Os juros estão a 5,5% e vão continuar descendo”.

“O nosso primeiro ano é um ano de sacrifício. Achamos que o segundo ano, que é o ano que vem, a economia já está se movendo bem melhor; terceiro ano já decolou e no quarto ano está em velocidade de cruzeiro. É o que a gente acha que vai acontecer”, previu.

Nesse momento, ele fez uma comparação com o que aconteceu com a Argentina, dizendo que o governo do atual presidente Mauricio Macri hesitou e que “no final está tudo degradingolando e aí é tragédia final, volta os que quebraram, volta para acabar de quebrar”. E se interrompeu, referindo-se ao candidato que lidera as pesquisas na Argentina, Alberto Fernández: “Eu não posso falar isso porque é um governo novo que vem aí e eu tenho que fazer assim e dizer que estamos juntos, porque realmente estamos”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/09/2019

Seção: Brasil

Autor: Por Fabio Graner — De Brasília

Título: Expectativa é de déficit para estatais, Estados e municípios

O Ministério da Economia promoveu uma significativa piora nos resultados fiscais esperados para as empresas estatais federais e também para Estados e municípios. O desempenho projetado para as empresas do governo (que não inclui bancos, Petrobras e Eletrobras) saiu de um saldo positivo de R\$ 847 milhões para um déficit de R\$ 1,25 bilhão. Nos governos subnacionais, a virada foi maior, com a estimativa para o ano passando de R\$ 200 milhões de superávit transformada em projeção de R\$ 3,3 bilhões de saldo negativo. Ou seja, os dois grupos somados tiveram uma piora nas estimativas para o ano de R\$ 5,5 bilhões.

A situação das estatais ainda é confortável do ponto de vista da meta fiscal, que é de um déficit de R\$ 3,5 bilhões. Mas o quadro não é favorável economicamente. Afinal, não bastasse o conjunto das empresas nem sequer conseguir um equilíbrio entre receitas e despesas, isso ocorre com redução praticamente à metade das estimativas de investimentos dessas companhias, que ficou em R\$ 1,5 bilhão para o ano.

Uma fonte do governo explica que essa deterioração reflete a menor capacidade de se fazer aportes do Tesouro nas empresas, o que reduz a receita esperada, bem como as estimativas de investimentos. Esse interlocutor pondera, contudo, que as empresas maiores - Petrobras e Eletrobras - não estão na estatística fiscal e têm um desempenho bem melhor, o que não deveria ser desconsiderado.

No lado de Estados e municípios, a deterioração é mais significativa e preocupante. Apesar de o resultado até julho mostrar uma substancial economia de cerca de R\$ 18 bilhões, o governo acredita em uma forte virada até o fim do ano, ficando inclusive muito longe da meta de resultado positivo de R\$ 10,5 bilhões.

De acordo com o relatório, a piora decorre da expectativa de que outros entes irão aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (a Lei de Falência dos Estados), além do Rio de Janeiro, que já está. Além disso, o documento do governo destaca que o Supremo Tribunal Federal (STF) tem concedido liminares permitindo não pagamento de dívida por Estados e isso piora o resultado primário desses entes.

Apesar da grande distância para a meta, o Tesouro não tem intenção de compensar esse rombo. A leitura é que isso demandaria um corte adicional de despesas em um Orçamento já bastante apertado. Para ter uma ideia, se fosse completar a diferença entre a meta dos Estados e municípios e o resultado esperado, o governo não poderia ter feito a liberação de despesas anunciada na sexta-feira passada.

Uma fonte do setor privado que pediu anonimato avalia que os números do relatório bimestral, com a piora nas estimativas para os entes federativos e sem compensação pela União, mostram uma sinalização de um processo ainda mais gradual de consolidação fiscal. O interlocutor reforça que é preciso trabalhar nos Estados e municípios a questão dos gastos obrigatórios, em especial o problema previdenciário, principal despesa hoje dos governos regionais.

Para a ex-secretária da Fazenda de Goiás e sócia da consultoria Oliver Wyman, Ana Carla Abrão, a expectativa de uma forte deterioração das contas no fim do ano é parte do processo orçamentário desses entes, que seguram seus gastos no primeiro semestre e no fim do ano liberam pagamentos para cumprir os valores mínimos definidos na Constituição para saúde e educação. “O resultado fiscal desses entes é menos decorrente de atos de gestão e mais uma consequência da disponibilidade de receitas”, comentou.

Essa dinâmica, contudo, não reduz a preocupação com o quadro fiscal dos entes subnacionais. “O problema dos Estados é dez vezes mais grave que o da União”, disse, lembrando que o STF tem sido benevolente e autorizado a falta de pagamento de dívidas. “Mesmo assim, a situação só piora”, afirmou, explicando que é preciso atacar a questão previdenciária, com o Congresso aprovando a “PEC paralela” que inclui os entes na reforma aprovada pela Câmara.

Ana Carla também concorda com a decisão do governo federal de não compensar a frustração do resultado dos estados e Municípios. “É preciso deixar explícito o problema”, disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/09/2019

Seção: Finanças

Autor: Por Álvaro Campos — De São Paulo

Título: Alta do ouro reacende demanda, inclusive dos bancos centrais

Com o aumento das turbulências nos mercados financeiros internacionais nos últimos meses e os juros negativos em muitas partes do mundo, um ativo que andava meio ofuscado voltou a ganhar brilho recentemente: o ouro. Nesta segunda-feira, o ativo fechou em alta de 1,07% em Nova York, a US\$ 1.531,50 a onça-troy, perto dos maiores níveis em seis anos, impulsionado pela guerra comercial e renovados sinais de fragilidade na economia da zona do euro.

Recentemente, o Citigroup divulgou relatório afirmando que as tensões entre Estados Unidos e China e outras incertezas geopolíticas, como o Brexit e as instabilidades no segmento de petróleo no Oriente Médio, podem levar o ouro para o patamar recorde de US\$ 2 mil a onça-troy nos próximos dois anos.

Além dos contratos futuros de ouro negociados na Bolsa Mercantil de Nova York, os investidores individuais podem apostar no ouro basicamente de outras quatro formas: metal físico; exchange traded commodities (ETC), uma espécie de fundo negociado em bolsa (ETF) que acompanha a cotação do mercado à vista; ações de mineradoras; e fundos que investem no metal, oferecidos por grandes bancos e gestoras.

Além de ativo financeiro, outra importante função do ouro é como reserva de valor. Segundo o World Gold Council, entidade internacional que reúne dados sobre o setor, a demanda pelo metal cresceu na primeira metade deste ano e deve continuar positiva nos próximos meses, puxada inclusive pelos bancos centrais. Grandes países da Europa e os Estados Unidos mantêm mais de 60% das suas reservas internacionais em ouro.

No Brasil, essa proporção é insignificante - menos de 1% - mas ainda assim são 67,4 toneladas do metal, que valem cerca de US\$ 3,1 bilhões. Mas onde está guardado esse tesouro? Essa é uma pergunta para a qual poucas pessoas no

Brasil têm a resposta, nem mesmo ex-diretores do BC, que é a instituição que administra as reservas.

Por motivos de segurança, obviamente, o BC não revela onde está o ouro. A Lei 4.595, de 1964, diz que compete privativamente ao órgão “ser depositário das reservas oficiais de ouro e moeda estrangeira”. Uma brochura educativa da autoridade, editada em 2002, afirma que “uma parte dessas reservas é guardada nos cofres do Banco Central, na forma de barras ou lingotes de ouro e em moedas e cédulas estrangeiras, protegidas por modernos sistemas de segurança. Outra parte da reserva, a mais importante, o Banco Central deposita em bancos no exterior e essas reservas rendem juros para o país”.

Há relatos de um cofre bem protegido no subsolo da sede do BC em Brasília, mas poucas pessoas sabem detalhes. Informações mais específicas sobre o assunto ficam restritas a um pequeno punhado de servidores técnicos. Outra instituição com forte esquema de segurança é a Casa da Moeda, no Rio de Janeiro. Procurada pelo **Valor**, a instituição afirmou que não guarda nada do ouro das reservas internacionais e que seus cofres praticamente não armazenam o metal.

No cenário global, os principais estoques físicos de ouro estão na sede do Federal Reserve (o banco central dos Estados Unidos) de Nova York e no Banco da Inglaterra (BoE, na sigla em inglês). Ambos prestam serviços de custódia para agentes internacionais, incluindo dezenas de outros bancos centrais. Questionados pela reportagem, eles não puderam confirmar se mantêm ouro brasileiro.

O cofre do Fed de Nova York fica na sede do banco, no distrito financeiro de Manhattan. Localizado no subsolo do prédio, construído na década de 1920, boa parte do ouro contido no local chegou durante e logo após a Segunda Guerra Mundial, com muitos países procurando um local seguro para guardar esse ativo. No pico, alcançado em 1973, chegou a conter mais de 12 mil toneladas de ouro. Hoje, são cerca de 6,2 mil toneladas, com um valor de mercado de quase US\$ 205 bilhões. São 36 clientes e nenhuma barra ali pertence ao governo dos EUA. O banco não cobra dos donos das barras pelo depósito.

O cofre é aberto à visitação pública. Como as barras de ouro são grandes e pesadas e não é possível raspá-las com a mão, seria difícil alguém tentar furtar uma peça escondida na roupa, por exemplo. Há relatos de um segundo cofre,

menor, também mantido pelo Fed de Nova York. Documentos antigos da instituição fazem menção a um “cofre auxiliar”, mas não há nenhum detalhe sobre a localização. Curiosamente, o maior cofre de um banco privado do mundo, do J.P. Morgan Chase, fica do outro lado da rua, literalmente, também no quinto subsolo.

Já o Banco da Inglaterra afirma que seus cofres contêm quase 400 mil barras de ouro, cerca de 5 mil toneladas, divididas em nove compartimentos no subsolo da sua sede, na City londrina. A instituição diz que nunca foi roubada em seus mais de 320 anos de história. O próprio site do BoE, no entanto, conta uma história de uma vez em que isso quase aconteceu.

Em 1836, os diretores do banco receberam uma carta anônima de alguém dizendo que tinha acesso ao depósito de ouro e oferecendo para se encontrar com eles dentro do cofre. O encontro foi marcado e, em uma noite, os diretores se encaminharam ao local e viram um homem surgir de um buraco no solo. Tratava-se de um funcionário da companhia de esgoto que, durante um trabalho de manutenção, descobriu uma tubulação antiga que dava acesso ao local. Apesar do choque inicial, uma contagem minuciosa do estoque revelou que nada fora roubado. Por sua honestidade, o BoE lhe concedeu um prêmio de 800 libras.

Em janeiro deste ano, o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, tentou retirar quase US\$ 1,2 bilhão em ouro do seu país depositado no BC inglês. Entretanto, a pressão americana fez as autoridades inglesas negarem o pedido, já que o regime de Maduro enfrenta diversas sanções internacionais. Em 2011, a Venezuela já havia retirado US\$ 11 bilhões em ouro do BoE e de outros depositários. A repatriação levou alguns meses e foram necessários 23 voos para transportar 160 toneladas do metal.

O terceiro maior depósito de ouro do mundo é o cofre de Fort Knox, na cidade homônima, em Kentucky (EUA). É ali que está boa parte das reservas americanas, quase 4,5 mil toneladas. O local ganhou fama na década de 1960, quando foi lançado o filme “007 contra Goldfinger”, em que vilões tentam roubar o complexo. Além de ouro, o cofre já guardou outros itens de grande valor, como a declaração de independência dos EUA e a coroa de Santo Estêvão, rei da Hungria no início do século XI.

O depósito foi construído em 1936, depois que o presidente Franklin D. Roosevelt emitiu a ordem executiva 6.102, que proibiu a propriedade privada

de moedas, barras e certificados de ouro pelos cidadãos, forçando-os a vendê-los para o Federal Reserve. O edifício fica dentro de um complexo militar e é uma fortaleza protegida por paredes de granito sólido e uma porta que pesa 22 toneladas. O cofre só foi aberto para pessoas de fora duas vezes, em 1974 e 2017.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/09/2019

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Follow the money

Direto da Fonte

Enquanto Bolsonaro cuidava do discurso à Assembleia da ONU, Ernesto Araújo e **Bento Albuquerque** saíram satisfeitos da reunião de ontem cedo no Council of Americas, em Nova York. Diante de um seleto grupo de 20 megainvestidores – de áreas como bancos, energia e seguradoras –, o ministro de Minas e Energia falou de PPIs e Araújo da “nova fase de abertura”: as reformas da Previdência e tributária e a MP da Liberdade Econômica. À coluna, um dos presentes disse que a plateia “reagiu com muito otimismo”.

Praias limpas

Cerca de 22 toneladas de lixo foram recolhidas nas praias brasileiras no sábado, durante um mutirão de limpeza em 64 delas, organizado pela Petrobrás em conjunto com outros 23 projetos socioambientais. A ação foi parte do World Clean Up Day.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/09/2019

Seção: Opinião

Autor: Mario Garnero

Título: A revolução do carro a álcool

Na quinta-feira, dia 19 de setembro, completaram-se 40 anos de uma cerimônia histórica para o Brasil e, particularmente, para a indústria automobilística brasileira. Nesse mesmo dia de 1979, então presidente da Anfavea, assinei junto com o vice-presidente da República Aureliano Chaves, o ministro da Indústria e Comércio João Camilo Pena e com Cesar Cals, ministro de Minas Energia, na presença do presidente João Figueiredo, um protocolo que viabilizou a produção de veículos automotores movidos integralmente a álcool.

Com o barril do petróleo atualmente em US\$ 65, em 40 anos, em valores correntes, poupamos mais que US\$ 15 bilhões em divisas. Além disso, a poluição do ar em São Paulo, a cidade com a maior frota de veículos, foi reduzida em cerca de 40%, conforme estudos desenvolvidos pelo Berkeley Lab, da Califórnia. E é preciso destacar que a produção da cana-de-açúcar não arranhou nem mesmo um hectare das terras da Amazônia legal. Por causa do uso de biocombustíveis e de medidas como o rodízio de veículos, embora a cidade de São Paulo tenha uma frota de 8,5 milhões de veículos, ela não tem a mesma poluição do ar que metrópoles como Beijing, Délhi e Cidade do México.

Mais importante: proporcionou um salto monumental na agricultura brasileira, que de 6 milhões de toneladas de soja colhidas, naquele ano, atingiu 127 milhões de toneladas neste ano, e conduziu-nos a ser o maior produtor mundial, sem desmatar ou incendiar a Amazônia. Em 2003 foi lançado outro grande avanço tecnológico da indústria automobilística, o carro flex, e temos hoje no Brasil uma frota de veículos flex de 30 milhões de unidades, equivalente à frota de automóveis da França. Este simples apanhado é o retrato de um país preocupado em continuar sendo um país que cuida bem de sua megadiversidade e protege 74,5% de suas terras. De sua história desde o ProÁlcool até o protocolo assinado entre a iniciativa privada e o governo, a lição que fica é a da união de esforços que produziu, no curto prazo, 5 milhões de veículos a etanol e ajudou a integração nacional nas áreas de agricultura, comércio e indústria.

O poder público e os empresários foram seus artífices, todos congregados na Comissão Nacional de Energia (CNE), onde o protocolo se originou. De 1976 a 2018 foram substituídos o uso e a importação de mais de 3 bilhões de barris de gasolina, um marco significativo para um país que possui reservas provadas de 12 bilhões de barris, incluindo o pré-sal. O valor econômico da gasolina substituída, calculado pela Datagro, equivale a mais de US\$ 506 bilhões.

E, nesta mesma semana em que o Brasil comemora a assinatura do protocolo do carro a álcool, a Toyota surpreendeu o mundo com a inclusão, em sua linha, do primeiro veículo híbrido, que pode rodar com um motor elétrico ou motor flex, que mistura álcool e gasolina em qualquer proporção. Este já pode ser considerado o carro mais limpo do planeta, pois emitirá, nas ruas, apenas 27g de CO₂ por km. A demonstração eloquente da substituição de carbono que empreendemos com o carro a álcool – um sucesso mundial – se completa com o nosso Código Florestal, as reservas de áreas de preservação permanente, o respeito aos índios e, agora, o apoio e participação do Exército para coibir e punir os responsáveis por desmatamentos ilegais e, acima de tudo, pelas queimadas, já disciplinadas em São Paulo e que deveriam há muito ser coibidas ou controladas pelo poder federal.

Neste momento de reflexão sobre nossos erros na condução da política para um desenvolvimento programado para a Amazônia, que o susto pelo qual passamos nos sirva de alerta para termos uma preocupação permanente com o meio ambiente e a nossa extraordinária agricultura. Sinto-me honrado em ter meu nome associado a esta saga que lançou o Brasil mundialmente à frente, ao criar a gasolina verde. Penso apenas que perdemos a batalha da comunicação, pois nenhum país fez tanto na área da mobilidade quanto o Brasil, que sofre hoje críticas injustas, mesmo tendo desenvolvido o mais coerente e eficiente projeto de redução de emissão de carbono.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/09/2019

Seção: Política

Autor: Paulo Beraldo / NOVA YORK

Título: 'O Brasil não é coerente desde a Eco-92'

Marcos Azambuja, diplomata

Diplomata afirma que a mudança de postura do País em relação ao meio ambiente inspira 'desconfiança' no mundo

O Brasil tem mais a perder do que ganhar ao adotar uma postura diferente em relação ao meio ambiente, pauta cuja defesa consolidou a imagem do País como um dos líderes globais dessa discussão nas últimas décadas, em especial em foros internacionais. "Houve a ruptura de um equilíbrio", afirmou o diplomata Marcos Azambuja ao Estado.

Azambuja coordenou a Conferência da ONU sobre Ambiente e Desenvolvimento, a Eco-92, realizada no Rio, com 108 chefes de Estado para conciliar desenvolvimento econômico com conservação dos recursos naturais, há 27 anos. "O Brasil era visto como um sócio necessário e natural de uma causa comum e, agora, inspira desconfiança. O País não está sendo coerente com sua política ambiental desde a Eco-92", disse o diplomata.

O Brasil se consolidou como protagonista, nos últimos anos, da defesa do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável. O País estará agora diante do mundo na tribuna das Nações Unidas e enfrenta questionamentos por causa dos incêndios na Amazônia e da política ambiental. Como chegamos até aqui?

Houve a ruptura de um equilíbrio. Há muitos anos, o Brasil não era mais alvo de nenhuma reação mundial. Pelo contrário, era parte de um consenso. Agora, passamos a ter um comportamento permissivo demais e acusamos ONGs e países de conspiração. Depois de tantos anos de harmonia, temos uma relação conflituosa. O Brasil era visto como um sócio necessário e natural de uma causa

comum, mas agora inspira desconfiança. Resolveu se distanciar de um consenso sobre meio ambiente e direitos humanos. Ainda que o Brasil tivesse suas especificidades, estava de acordo com o ideário global, tinha uma ideia de atenção sustentada sobre desenvolvimento sustentável. O mundo aceitava que o Brasil estava agindo com prudência, embora quisessem que fôssemos mais velozes.

O que fazer para mitigar possíveis danos na Assembleia-Geral das Nações Unidas?

No momento, desconfio da filosofia do nosso representante. Em condições normais, o objetivo seria restabelecer a confiança, já que a política externa é construída sobre confiança recíproca. Há uma repartição de responsabilidades, por isso é preciso diálogo e entendimento. Mas não vejo esses ingredientes. Minha impressão é de que a situação, diplomaticamente, tende a piorar antes de melhorar.

Que ganhos e prejuízos essa mudança em relação ao meio ambiente pode trazer?

Os prejuízos são mais fáceis de antever. Ganhos, não vejo nenhum. Vejo perdas na confiança internacional e na credibilidade. O Brasil deveria oferecer credibilidade para ter acesso a órgãos mais importantes e a mais mercados. A desconfiança é terrível, afeta investimentos, o turismo, a parte cultural. É bom ser visto como pacífico, construtivo, como um país que contribui para a criação de um consenso internacional. O Brasil é naturalmente um país multilateralista, tem dez vizinhos. Nossa vocação é o convívio, o diálogo, a integração, e temos de manter isso. Então, em termos de política externa, não é um bom momento.

Um dos marcos do País na defesa ambiental foi a Eco-92, da qual o sr. foi coordenador.

O mérito da Rio-92 foi encontrar no desenvolvimento sustentável uma fórmula salvadora. Ela foi marcada por grande otimismo. E dali surgiram muitos instrumentos que consagraram a ideia do desenvolvimento sustentável. Ela leva ao Protocolo de Kyoto, ao Acordo de Paris. Era uma fórmula que parecia boa para todos. O que não se imaginou é que a degradação do meio ambiente fosse ser potencialmente tão veloz e tão ameaçadora. Depois de Kyoto, há uma divisão: aqueles que pensavam que alterações climáticas tinham poucos anos para serem remediadas e os que acham essa visão um imenso exagero.

E no Brasil, o que mudou?

O País incorporou no seu ideário nacional a proteção do meio ambiente. Deixou de ser uma 'ideia estrangeira' para ser uma causa nacional. O Brasil começou a

cuidar do meio ambiente não porque fosse bom para a Dinamarca, mas porque uma floresta queimada é ruim para nós. Então, se alinha com uma boa causa, participa de todas as COPs, da Rio +10, da Rio+20, até que assinamos as convenções do Acordo de Paris. O País ia navegando de maneira tranquila em harmonia com o mundo. Mas, agora, o Brasil não está sendo coerente com a sua política ambiental desde a Eco-92.

VEÍCULO: O Globo

Data: 24/09/2019

Seção: Economia

Autor: Marcello Corrêa e Manoel Ventura

Título: Ministro vê 'confusão danada' se Petrobras reajustar combustível

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse em entrevista à rádio Jovem Pan que reajustes nos preços de combustíveis vão sempre causar “confusão” e “barulho”. Para Guedes, é normal que o presidente Jair Bolsonaro fique preocupado com a dimensão política desse tipo de medida, mas isso não significa uma tentativa de interferir nas decisões da Petrobras.

— Ué, vai ser um problema de novo. Vai ter barulho de novo. Vai ter uma confusão danada e vamos ver o que acontece no final. Até hoje, o final tem sido feliz, mas sempre tem barulho — disse Guedes, perguntado sobre o que ocorreria se a estatal reajustasse novamente o preço de combustíveis.

Na avaliação do ministro, Bolsonaro tem direito de se preocupar com a repercussão das decisões do time econômico. O ministro disse que o mesmo ocorre com as discussões sobre reajuste de salário mínimo. Sua equipe chegou a estudar tirar da Constituição a exigência de repor ao menos a inflação no piso nacional.

— Às vezes eu faço um barulho que é inconveniente, como CPMF, mas ele sabe que eu estou atento. Da mesma forma, às vezes ele fala: “Pô, esse preço do petróleo está subindo muito aí!” Não é que ele quer interferir. É que ele está preocupado com os caminhoneiros, preocupado com greve, que é a dimensão política. Um homem que tem 60 milhões de votos e é eleito presidente, te dá cinco ministérios, será que ele não tem direito dizer: “olha, não quero que fale em mexer em salário mínimo, isso aí politicamente é um veneno público” — comentou o ministro.

VEÍCULO: O Globo

Data: 24/09/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Privatização da Eletrobrás não pode ser abandonada pelo Congresso

Davi Alcolumbre menciona dificuldade da operação, mas se trata de algo estratégico

Nunca foi fácil privatizar estatal. Para isso, é preciso enfrentar visões ideológicas que confundem empresa pública com “empresa do povo”, e resistências no Congresso, onde há grupos que, de forma fisiológica, se valem de estatais para nomear apaniguados e até fazer negócios.

As dificuldades aumentaram com a decisão do Supremo de que a venda do controle de empresas-mãe, aquelas que têm subsidiárias, só pode ser feita com aprovação do Legislativo. É o caso da Eletrobrás, cujo projeto da necessária privatização vem do governo Michel Temer, que não teve força política para executá-la, depois do caso da gravação de uma conversa nada republicana sua com o empresário Joesley Batista, nos porões do Jaburu.

No evento “E agora, Brasil?”, em Brasília, promovido pelo GLOBO e pelo “Valor Econômico”, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, aconselhou o governo a não incluir a Eletrobrás logo na fase inicial do seu programa de privatizações, devido à rejeição do negócio pela maioria da bancada de 48 senadores do Norte e Nordeste. Se a ideia é ganhar tempo para mais conversa, a fim de convencer os recalcitrantes, vale seguir a ponderação.

Pode até ser que o poder de convencimento que converteu votos para a outrora demonizada reforma da Previdência volte a funcionar.

Também há argumentos fortes em favor da venda do controle da empresa, a ser feita via lançamento de ações no mercado, para reduzir a participação do Estado no capital da companhia de 60% para menos de 50%. No modelo do que foi feito na privatização do controle da BR Distribuidora.

A Eletrobrás voltou a dar lucro depois dos ajustes feitos. Por exemplo, a venda de seis distribuidoras deficitárias, no Norte e Nordeste, operação em que também houve resistência política. A atração de grupos privados é vital para o cumprimento dos programas de investimento necessários para sustentar o crescimento da economia que vem por aí. O Brasil não ficará para sempre estagnado, caso as reformas de fato prossigam.

Tanto quanto isso, as privatizações precisam ser feitas para abater a elevada dívida pública próxima dos R\$ 4 trilhões, e em elevação. Ela chegará em breve a 80% do PIB, enquanto em países comparáveis ao Brasil este índice é em média de 50%. Além disso, os recursos são necessários para evitar o rompimento do teto dos gastos.

MME / ASCOM .